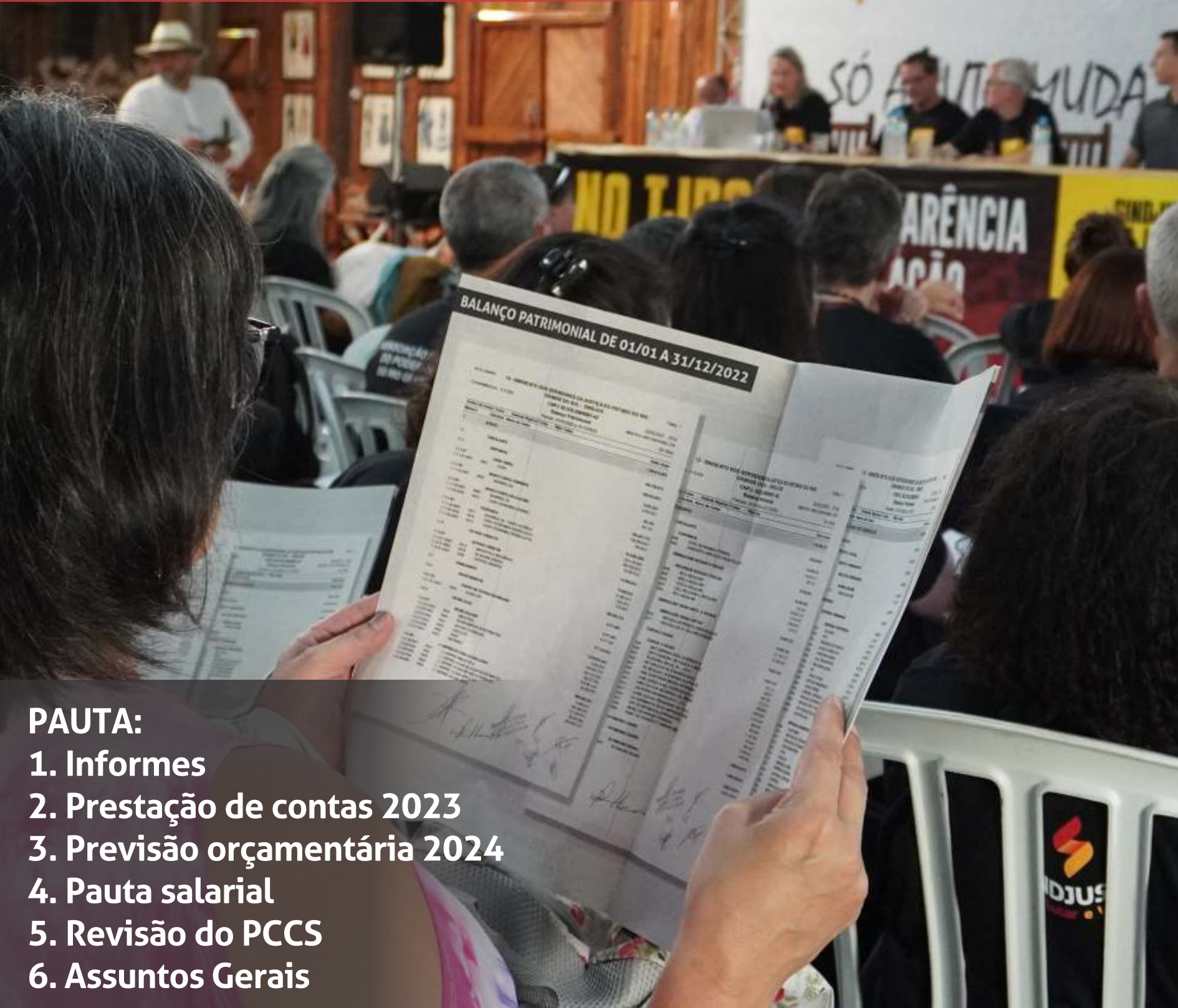


Assembleia Geral de Prestação de Contas 5 de abril de 2024



PAUTA:

1. Informes
2. Prestação de contas 2023
3. Previsão orçamentária 2024
4. Pauta salarial
5. Revisão do PCCS
6. Assuntos Gerais

Local: Auditório da Fetrafi (Rua Fernando Machado, 820) - PoA

Estadual

RS tem condições de
fazer revisão anual

**Pág
02**

Aposentados

Litoral Norte recebe 1º
Encontro Regional do NAP

**Pág
03**

Não Me Calo

Segunda edição da
Formação Feminista

**Pág
04**

Revisão do PCCS deve ser para avançar e ampliar direitos das trabalhadoras e trabalhadores

A Lei 15.737/2021 garantiu no seu art. 73 o prazo de até 3 (três) anos para a revisão geral do Plano de Carreira. O plano foi aprovado em meio a entraves da conjuntura; em 2020, a Lei 173/2020, chamada de lei Mansueto, proibia investimentos e alteração no orçamento aprovado. A medida conferiu a possibilidade de rediscussão de alguns pontos e também de readequação conforme a melhora do contexto econômico.

Tivemos alguns avanços significativos no PCCS, mas não foram suficientes para garantir tudo que pleiteamos, como o enquadramento por tempo de serviço, adicional de qualificação, diminuição no abismo salarial entres cargos, valorização de plantão e auxílios. O discurso de falta orçamentária, muitas vezes só colocado para as servidoras e servidores do Judiciário, também cai por terra, pois vimos que o orçamento do Judiciário tem comportado grandes pagamentos para os altos salários da Administração e seus pares.

Neste sentido, a categoria deve defender sua pauta, que será debatida na assembleia geral do dia 5 de abril, e mostrar sua força nesta primeira manifestação que faremos. A valorização e nossa dignidade devem estar em primeiro lugar, antes de qualquer meta que tenhamos de cumprir, como as que vêm sendo impostas pelo CNJ e Administração do TJRS.

Sindjus na Luta por Mais Justiça!

EXPEDIENTE



LUTAR É PRECISO

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS

CONSELHO EDITORIAL:

Marco Aurélio Velleda (Diretor de Imprensa e Divulgação), Juliana Campani (MTB 15.501) e Joice Proença (MTB 16.383)

Projeto Gráfico e Diagramação:

Grupo REC

Tiragem:

500 exemplares

Tema segue no debate público após derrota temporária; sindicatos precisam articular arquivamento para enterrar ameaça definitivamente

O retorno dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional traz de volta ao debate público a Reforma Administrativa, que representa um grande ataque à prestação de serviços públicos e aos servidores e servidoras. Ao final do ano passado, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), manifestou novamente o desejo de aprovar a proposta (PEC 32), que possui uma série de mecanismos para encolher a participação do Estado e precarizar as relações de trabalho no setor público.

O tema exige atenção por parte das categorias para manter a pressão e articulação para sepultar definitivamente a proposta, seja com a mobilização social, seja junto ao Parlamento.

Para contrapor a pauta da reforma administrativa, as Centrais Sindicais, Confederações e Federações estão debatendo alternativas com o governo federal. Entre as opções estão a regulamentação da negociação

coletiva no serviço público, a regulamentação de greve e o marco regulatório do serviço público, temas que estão sendo acompanhados pela nossa federação, a Fenajud.

Temos esse entendimento e pretendemos sustentar a importância dessa luta no Congresso da Fenajud, que acontece entre os dias 6 e 8 junho deste ano e que, além de definir a direção executiva que assumirá a Federação, também deve apontar a linha de atuação política para o próximo período.



ESTADUAL

RS tem condições de fazer a revisão anual conforme determina a Constituição



limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas de pessoal, o que seria um entrave para a concessão de reajuste salarial, com o que as entidades não concordam, pois a revisão geral anual da inflação é um direito constitucional que tem sido ignorado pelos sucessivos governos.

Neste ano de 2024, as entidades que representam as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, através da FSP-RS, da qual o Sindjus faz parte, aguardam a mesa de negociação das categorias com governador Eduardo Leite, apresentação de uma proposta que contemple parte das perdas salariais dos últimos dez anos, que ultrapassam 60% da inflação, pelos indicadores oficiais.

Em 2023, o RS ficou na quarta posição entre todos os estados da Federação em relação ao crescimento da receita corrente líquida. Foi divulgado pelo próprio Executivo que o Estado já está fora do

As entidades debateram, nesse sentido, a necessidade de rediscussão do Teto de Gastos estadual, visto que em nível federal o Teto de Gastos já não existe mais por conta da aprovação das novas regras fiscais. O Teto de Gastos, no entendimento dos dirigentes e de especialistas, asfixia o desenvolvimento econômico e social do Estado e merece, no mínimo, ser rediscutido. O Sindjus seguirá na luta junto à FSP-RS com mobilizações pela negociação com as categorias e pela reposição, ainda que parcial, das perdas efetivas dos trabalhadores e trabalhadoras do funcionalismo público.

PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

PDV e Residência agravam precarização do Judiciário

A gestão do TJRS que encerrou suas atividades no final de mês de janeiro deste ano aprovou no COMAG um anteprojeto de Lei para estabelecer um Programa de Incentivo ao Desligamento para servidores celetistas do Poder Judiciário. Seguido de outras iniciativas que vêm na lógica de sucateamento do serviço público e a não valorização do concurso público, agravam a precarização das relações de trabalho.

Já em larga escala, o TJRS implementou o projeto chamado de Residência Jurídica, autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 439/2022, que consiste em um programa de estágio destinado a bacharéis em Direito que cursem especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou tenham concluído o curso de graduação há no máximo cinco anos.

Desse modo, com a Residência Jurídica, abre-se mais uma porta para o ingresso de trabalhadores não concursados na esfera dos serviços públicos, um contingente que já inclui terceirizados, além dos estagiários de nível

médio e superior. Trata-se, na nossa visão, de uma espécie de antecipação da reforma administrativa, que imprime uma gestão empresarial e privatista no serviço público, o que criticamos e combatemos, pois o serviço público não pode ser visto como uma empresa.

Não é de hoje que o crescimento no número de estagiários nos serviços do TJRS vem trazendo preocupação a todos nós que defendemos os concursos públicos e a prestação de um serviço de qualidade à sociedade. No TJRS, temos 8.125 servidores ativos e 4.256 estagiários, número que ultrapassa o limite previsto pela legislação vigente. De acordo com a Lei Federal nº 11.788/2008 e o Decreto Estadual nº 49.727/2012, o limite de estagiários no contexto do Judiciário gaúcho não poderia ultrapassar 20% em relação ao número de servidores efetivos.

Nossa mobilização deve ser proporcional ao tamanho das ameaças que afetam não apenas as relações de trabalho, mas trazem consequências para toda a população que acessa os serviços do Poder Judiciário.



Inclusão Digital: Tramandaí recebe terceira edição de oficina voltada para aposentadas e aposentados

Em continuidade ao projeto iniciado em 2023, a oficina de Inclusão Digital do Sindjus seguirá neste ano com edições em diversas regiões do estado. No dia 1º de março, foi a vez do município de Tramandaí receber a atividade, realizada em conjunto pelas secretarias de Comunicação e Formação, com apoio do Núcleo de Aposentados (NAP). Além de tirar dúvidas sobre o funcionamento das principais ferramentas digitais de comunicação, os participantes receberam também dicas e orientações sobre segurança dos dados e como se prevenir contra golpes e fraudes.

ENCONTROS REGIONAIS

Além da oficina, também foi realizado o encontro regional do NAP, preparatório para o encontro estadual que está previsto para o final do ano. As integrantes do NAP e da direção do Sindjus apresentaram aos participantes uma síntese sobre como o sindicato tem enfrentado as principais pautas de interesse dos aposentados e aposentadas.



Até o final do primeiro semestre, serão realizados outros três Encontros Regionais, em Novo Hamburgo (2 de abril), Santa Maria (3 de maio) e Caxias do Sul (7 de junho).

CURSO DE FORMAÇÃO ABORDA HISTÓRIA DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL



Se sempre participaram ativamente dos grandes feitos e conquistas históricas, por que as mulheres não estão nos registros oficiais? Uma das ferramentas mais eficientes do patriarcado para legitimar a superioridade masculina foi o pagamento e a invisibilização das mulheres ao longo da História.



Não foi diferente na luta da classe trabalhadora; apesar de estarem à frente de grandes movimentos revolucionários, pouco sabemos sobre mulheres que pavimentaram o caminho para que hoje tenhamos força e possamos nos unir em sindicatos para reivindicar direitos no mundo do trabalho, desde sempre tão injusto.

A participação histórica das mulheres nos sindicatos representa um elemento importante na formação política de lideranças femininas, mas ainda é

tema pouco explorado sob a perspectiva teórica. A fim de promover a partilha de conhecimentos e construção de conexões entre sindicalistas de diferentes categorias, o Sindjus realizou no dia 16 de março, no Sindbancários, a segunda etapa de sua formação feminista, iniciada no ano passado.

Idealizado pelas secretarias de Formação e Comunicação do Sindjus em parceria com o Coletivo Não Me Calo, o seminário "Mulheres no Sindicalismo" abordou a história das mulheres nas organizações da classe trabalhadora, a presença das mulheres no sindicalismo construído atualmente e a realidade dessa luta no Judiciário brasileiro.

Dezenas de participantes de diversos sindicatos e de diferentes partes do

estado ajudaram a compor a riqueza desse importante momento de troca e compartilhamento de experiências para fortalecer a luta das mulheres no movimento sindical.



As palestras estão disponíveis no canal do Sindjus no Youtube. Confira:



FILIE-SE

Abra a câmera do celular e leia o QRcode --->



NÓS SOMOS A LUTA

NÓS SOMOS O SINDJUS

